

ESTILHAÇOS NO TEMPO FRÁGIL DAS HORAS: OS RASTROS DA HISTÓRIA NA NARRATIVA DE LUZILÁ GONÇALVES FERREIRA

01

Maria Suely de Oliveira Lopes (UEPI)

RESUMO: O presente trabalho intitulado *Estilhaços no tempo frágil das horas: os rastros da história na narrativa de Luzilá Gonçalves Ferreira* têm como objetivo ressignificar a personagem histórica Antônia Carneiro da Cunha, retomada na narrativa de *No Tempo frágil das horas* (2003). O citado romance reconstrói um mundo criado a partir de arquivos, onde o tempo consignou o seu sentido. Luzilá reinventa os contextos históricos como sendo significantes e determinantes, mas sem negar a textualidade, pois o sentido e a forma encontram-se nos sistemas que transformam esses acontecimentos passados em fatos presentes. A textualidade é reintegrada na história e nas condições sociais e políticas do próprio ato discursivo. Por meio de *O tempo frágil das horas*, a autora nos diz que os discursos históricos que envolvem Antônia Carneiro da Cunha configuram uma metaficção historiográfica, uma vez que analisa e rebate a realidade histórica e mostra que, se não é admissível apreender essa realidade histórica que pertence ao passado, é possível, ao menos, recriá-la no presente. O passado vai sendo arranjado ao longo da narrativa; o passado é reapropriado por Luzilá pondo em destaque as grandes dificuldades de nossa época, na qual a ideologia se torna instrumento agenciador de uma crítica mordaz e corrosiva do texto histórico. Metodologicamente o trabalho divide-se em dois momentos: no primeiro versaremos sobre a relação da Literatura com a história; no segundo momento comprovaremos como a personagem Atonia Carneiro é ressignificada na narrativa da autora em estudo. Para este artigo, utilizaremos como aporte teórico Linda Hutcheon (1991), Hayden White (2001), Paul Ricoeur (2010), entre outros que serão referenciados neste estudo.

Palavras-chave: Narrativa Literária. História. Personagem.

1 Introdução

A proximidade entre literatura e história vem despertando interesse entre leitores e escritores contemporâneos, por ser avaliada pela crítica atual com um produto pós-moderno. A escrita pós-moderna da história e da literatura nos informa que a ficção e a história são discursos que instituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado. O significado e a forma não estão nos episódios, mas nos sistemas que transformam esses episódios passados em fatos históricos presentes. Isso não é inconveniente refúgio para escapar à verdade, mas um reconhecimento da função de

produção de sentido dos constructos humanos que terminam por problematizar a própria noção de verdade.

02

O sistema pós-moderno desenvolve dois movimentos simultâneos. Reinsere os contextos históricos como sendo significantes, e até determinantes, mas, ao fazê-lo, problematiza toda a noção de conhecimento histórico. Esse é mais um dos paradoxos que caracterizam todos os atuais discursos pós-modernos. Podemos dizer que não pode haver um conceito único, essencializado e transcendente de historicidade autêntica, não importa qual seja a nostalgia existente em relação a uma entidade desse tipo.

O objetivo deste artigo é ressignificar a personagem histórica Antônia Carneiro da Cunha, retomada na narrativa de *No Tempo frágil das horas* (2003) de Luzilá Gonçalves Ferreira. A escritora reinventa os contextos históricos como sendo significantes e determinantes, mas sem negar a textualidade, pois o sentido e a forma encontram-se nos sistemas que transformam esses acontecimentos passados em fatos presentes. A textualidade é reintegrada na história e nas condições sociais e políticas do próprio ato discursivo. A seguir discutiremos a relação entre literatura e história.

2 Proximidades entre Literatura e História

O entendimento de que a literatura é, além de ser um acontecimento estético, uma manifestação cultural, logo uma possibilidade de registro do movimento que concretiza o homem na sua historicidade, em suas vontades e suas visões de mundo, têm permitido ao historiador assumi-la como espaço de pesquisa. Mesmo que os escritores a tenham sempre produzido sem um interesse com a verdade dos fatos, arquitetando um mundo singular que se distingue do mundo real, é evidente que, através da literatura, a imaginação projeta imagens, e o leitor, a partir da leitura, reelabora tais imagens, encontra outra forma de ver os fatos característicos da realidade que motiva a arte literária.

A discussão sobre a relação entre Literatura e história é relevante para qualquer poética do pós-modernismo, considerando que ambas são vistas de forma dicotômica desde Aristóteles. Pois, segundo o teórico o historiador só poderia falar daquilo que

aconteceu e o poeta falaria sobre o que poderia acontecer (1973). Logo, o poeta poderia lidar com os elementos universais. Livre da sucessão linear da escrita da história, a trama do poeta poderia ter diferentes unidades.

A história e a ficção sempre foram imaginadas como gêneros permeáveis. Ambas abarcaram em seus limites formas como o relato de viagens diversas versões daquilo que hoje chamamos de sociologia (VEYNE *apud* HUTCHEON, 1991, p.143). Não rejeitamos a ideia de que tenha havido coincidências de preocupações e de influências recíprocas entre os dois gêneros. Declara Hutcheon (1991, p. 143):

No Século XVIII, o núcleo desses pontos em comum em termos de preocupação inclinava-se a ser a relação entre a ética (não a fatalidade e a verdade na narrativa. (Só com a aprovação dos Atos do Parlamento que definiram o libelo é que a noção de “fato” histórico passou a fazer parte desse debate.

Isso nos faz perceber que os autores de romances pareciam estar decididos a fingir que sua obra não era criada, mas que existia. Como exemplo, lembramos as obras de Luzilá que abordam a questão da escrita da “*história*” e da “*História*” com a verdade, havendo uma ligação direta com os pressupostos da historiografia.

Toda história é uma história de alguma entidade que existiu durante um considerável período de tempo, e que o historiador que afirmar-se o que é literalmente verdadeiro a seu respeito num sentido que faz distinção entre o historiador e um contador de histórias fictícias ou mentirosas. (WHITE, 1963 *apud* HUTCHEON, 1991, p. 143).

Pelo exposto, os contadores de histórias podem abolir certos acontecimentos e pessoas - do passado - mas também sugere que os historiadores fizeram o mesmo nas tradicionais histórias do século XVIII. Lembremo-nos de Luzilá. A escritora escreve várias ficções a partir de informações contidas nos arquivos sobre personagens históricas e contexto social. A título de exemplo, citamos Antônia Carneiro da Cunha personagem histórica e fictícia da obra *No tempo frágil das horas*. Esta obra literária partiu de uma fotografia antiga de Antônia que hoje está na casa de Alzira Guerra, uma

amiga de Luzilá Gonçalves Ferreira cujo avô (José Barbosa de Vasconcelos) comprara o engenho Tamataúpe, que havia pertencido aos pais da baronesa.

04

Por meio dessa fotografia na parede da sala, Luzilá dar um novo sentido a história de Antônia Carneiro da Cunha. É possível identificar na narrativa aspectos temporais que aglutinam a ficção à história, de modo que o passado funciona como uma tela sobre a qual se projeta a história dessa ilustre Baronesa de Vera Cruz. Agregamos, aqui, o pensamento de Ricoeur:

o tempo torna-se tempo humano à medida que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal. Logo a narração é a condição de uma experiência vivida mais humana, porque esta dá forma e sentido ao tempo vivido, isto é, exterior, real, concreto. De outra maneira, o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de maneira narrativa; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal. (RICOEUR, 2010, p. 95).

Assim historiografia e narrativa de ficção seriam configurações de conhecimento do mundo, em sua temporalidade, o que induziria contrapor tanto as noções puramente estéticas da literatura quanto à ideia da escrita da história como discurso científico de natureza oposta à narrativa.

Para Ricoeur (2010), as narrativas históricas e ficcionais são heterogêneas e se contrapõem, porque a primeira produz “*variedades interpretativas*” e a segunda cria “*variações imaginativas*”. A narrativa histórica, mesmo sendo uma reconstrução interpretativa do passado, não se fecha em si mesma, procurando dados exteriores, objetivos, para se sustentar. As construções historiográficas têm uma relação de representante com a realidade abolida e preservada nos arquivos. A narrativa histórica se diferencia da ficcional em seu esforço de inserir os seus eventos e personagens no tempo do calendário, que é objetivo e exterior, cósmico e cultural e se impõe à expectativa vivida.

Sobre narrativa histórica, é relevante pensamento de White(1994). Para o teórico o historiador não pode ser tão ingênuo, ignorar a estreita relação entre história e

mito. A história não é uma ciência porque não é realista, o discurso histórico não apreende um mundo exterior, porque o real é produzido pelo discurso. O que o historiador produz são marcas poéticas. Para ele é a linguagem que constitui o sentido. A história é uma representação, narrativa de representações-fontes. Os próprios documentos históricos já constituem representações, interpretações, e não são o passado em si.

A narrativa histórica é uma “construção imaginativa” do passado. Inferimos a opinião de Hutcheon ao nos dizer que:

A narrativa histórica é construída a partir de dois elementos importantíssimos: os elementos descritos nas narrativas e o tipo de enredo que o historiador escolheu para conferir sentido a seu texto. Este, na função de contador de história, pode “silenciar, excluir e eliminar os acontecimentos” do passado, exatamente como os escritores. “Um elemento que nunca pode faltar em nenhum texto histórico ou literário é o elemento ficcional”. (HUTCHEON, 1991, p. 143).

Sobre a afirmação acima, é certo dizer que a:

associação entre a história e a narrativa não pôde acontecer enquanto o modelo de cientificismo fascinou as ciências sociais nascentes e o positivismo, “com sua exaltação do científico, continuou a tranquilizar as tesas sérias dos historiadores.” (COSTA LIMA, 1989, p. 17)

Sendo assim, a narratividade é uma marca que se encontra nos discursos historiográficos literários. Destarte, na contemporaneidade, a Literatura e a História não podem ser avaliadas como verdadeiras ou falsas, não há como fazer um juízo de valor quanto a elas. Na verdade, as duas não são verdadeiras nem falsas, e é exatamente esse valor que traz o traço ficcional presente em cada uma delas.

Voltando a afirmação de White (1992), o historiador, não narra o que aconteceu, por mais que recorra a técnicas de controle de suas fontes. Não há rigor científico que em história possa garantir objetividade. O teórico mostra-se bastante

favorável a “*relação incestuosa*” entre história e literatura, da qual a história não deve se envergonhar.

06

Para ele, história e ficção não se contrapõem. A história é arquitetada com linguagem figurativa, é uma querela entre figurações daquilo que o passado poderia consistir. Que o historiador, ao produzir construções poéticas se ilude quanto à realidade e verdade de seus relatos; que os historiadores se aborream com o apagamento da fronteira entre o real e o ficcional, mas eles não podem deixar de pensar que a explicação histórica não é dada pelo conteúdo factual. A História vai ganhando sentido da mesma forma que o poeta e o romancista dão sentido ao real. E para ele, isto é bom para a historiografia, pois ela não é diminuída quando se aproxima da literatura, que se constitui um saber superior.

3 Os rastros da história na narrativa de *No tempo frágil das horas*

A metaficção historiográfica nos incita a refletir em torno dos episódios do passado empírico, que nós os transformamos em *atos históricos* por meio da seleção narrativa e, além disso, “só conhecemos esses eventos passados por intermédio de seu estabelecimento discursivo, por intermédio de seus vestígios no presente”. (HUTCHEON, 1991, p. 131). Assim, a ficção pós-moderna congrega o literário e o historiográfico, mas o resultado certamente poderá ser desestabilizador.

Luzilá reconfigura *No tempo frágil das horas* (2003) uma metaficção historiográfica, uma vez que avalia e rebate a realidade histórica e mostra que, se não é admissível apreender essa realidade histórica que pertence ao passado, é possível, ao menos, recriá-la no presente. O passado vai sendo organizado com o próprio assunto ao longo da narrativa, entretanto no caso específico dessa obra, o passado é reapropriado por Luzilá com uma versão contemporânea pondo em destaque as grandes dificuldades de nossa época, na qual a ideologia se torna instrumento agenciador de uma crítica mordaz e corrosiva do texto histórico. Sabemos que a história é repensada, dessacralizada, mas o que é importante não esquecer é a prática do discurso literário, a partir do qual se engendra uma produção.

Podemos afirmar que na obra em questão, o tempo mostra-se inicialmente obedecendo à cronologia dos acontecimentos, para isso a autora, durante a narrativa, refere-se a datas que servem de eixo referencial anterior ou posteriormente ao qual os outros eventos se situam em conformidade com o tempo da fotografia (século XIX). O excerto abaixo referencia a revolução industrial e a consequente substituição dos engenhos pelas usinas.

__O verdadeiro operário agora é a máquina. O homem não precisa mais ter força nem habilidade.

[...]

__Não poderemos continuar com essa verdadeira existência, como as chamas, falou um conviva. O mundo se industrializa. Lembra que em 1840 a diligência fazia quinze quilômetros por hora entre Paris e Lyon. Mas em 1825 o Rocket de Sthenphenson ia de Liverpool Manchester a vinte e dois quilômetros por hora. Em nossos dias essa velocidade deve ser dobrada.

(FERREIRA, 2003, p.133)

A obra traz para os dias atuais o que já passou pelo cotidiano de Antônia. Conforme escreve Hutcheon (1991, p.168), “o passado realmente existiu, mas hoje só podemos ‘conhecer’ esse passado por meio de seus textos e aí se situa seu vínculo com o literário”, aqui ampliando a visão para além do literário, dentro do Universo de imagens e sons.

A obra recria o cotidiano da personagem Antônia. O fato de ela se unir em casamento com Joaquim Manoel é justificável, pois, Monjope pertencia à família há mais de um século, e não podia ficar em mãos de estranhos. O que podemos constatar no o excerto abaixo:

Reconstrução: 1726. Haviam aberto, em meio à mata, enormes clareias onde a cana se espalhava, bordejando os riachos e rio, rasgando a terra macia e compacta do massapé, de onde brotariam pendões brilhantes ao sol. A casa-grande era uma espécie de ermida, de linhas escritas: no térreo um grande salão onde se cozinhava e se faziam as refeições, no primeiro andar o dormitório. Mas a alta chaminé, a enorme casa de purgar, a roda da moenda maior que qualquer outra das redondezas anunciavam que aquele abrigo modesto

era apenas o esboço do que seria, mais tarde, a casa-grande do engenho Monjope.

08

(FERREIRA, 2003, p.29)

O intertexto abaixo foi retirado do Diário de D.Pedro II , logo a conservação do texto é respeitada.

“Dom Pedro, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos povos imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, faço saber aos que esta minha Carta virem, que Querendo Distinguir e Honrar Manoel Joaquim Carneiro da Cunha hei de Fazer –lhe Mercê do Título de Barão de Vera Cruz em sua vida.E Quero e Mando que o dito Manoel Joaquim Carneiro da Cunha d’aqui em diante se chame Barão de Vera Cruz e que com o referido Título goze de todas as honras, privilégios, isenções, liberdades, e franquezas, que lhe hão e que usam e sempre usarão os Barões, e que de direito lhe pertencerem. E por firmeza de tudo, o que dito é,lhe Mandei dar essa Carta, por mim assinada, passada pela Chancelaria, e selada com o selo pendente das Armas Imperiais(...)Dada no Palácio do Ri de Janeiro em 26 de março de 1860,39ª. Da Independência e do Império”

(DIÁRIO DE D. PEDRO II apud FERREIRA, 2003, p. 161)

Apontamos na parte abaixo o Bloqueio Continental que foi uma tática tomada por Napoleão Bonaparte, Imperador da França, para fechar todos os portos de todos os países da Europa ao comércio inglês, durante a revolução francesa. O bloqueio continental começou em 1806, e durou mais de um ano. Com esse decreto o Imperador assinou a sentença de morte do açúcar, o motivo dificultou as exportações em 1840 a 1863.

Isso nos dificultou as exportações. E a Europa teve que investir no açúcar de beterraba e na cana das Guianas. Quanto ao café, as exportações de 1840 a 1963 chegaram a mais de novecentos mil contos, enquanto as do açúcar não atingiram os quatrocentos mil. Agora não há como negar: o coração econômico do país se deslocou do Norte para o Sul. O senhor de engenho é menos importante que o barão de café. (FERREIRA, 2003, p.127-128)

Podemos identificar outro registro da história ressignificada na narrativa de Luzilá, como:

09

Isso nos dificultou as exportações. E a Europa teve que investir no açúcar de beterraba e na cana das Guianas. Quanto ao café, as exportações de 1840 a 1963 chegaram a mais de novecentos mil contos, enquanto as do açúcar não atingiram os quatrocentos mil. Agora não há como negar: o coração econômico do país se deslocou do Norte para o Sul. O senhor de engenho é menos importante que o barão de café.

(FERREIRA, 2003, p.127-128)

O excerto acima denuncia e referencia, também, a questão da cisão entre Norte e Sul em detrimento da ascensão dos Barões do Café. O comércio do açúcar teve uma queda significativa e por conta dessa crise, a economia do Norte ficou comprometida, gerando aborrecimentos entre os senhores de engenho. Com a decadência do açúcar, a situação dos poderosos senhores de engenho de Pernambuco sofreu grandes modificações. Empobrecidos, os fazendeiros de Olinda, pertencentes às mais tradicionais famílias da época, eram obrigados a endividar-se com os comerciantes portugueses do Recife, que lhes emprestavam dinheiro a altos juros.

O jogo ficcional se concretiza também através da decadência de Antônia, quando ela começou a perceber que o engenho Monjope não ia bem. As terras que foram de sua família não produziam e necessitavam de investimentos altos. Por conta disso, contraiu dívidas com parentes, amigos, e com o Banco Real de Pernambuco, dando em garantia o engenho Monjope.

Os registros datam que em 23/10/1600, o casal Antônio Jorge e Maria Farinha doaram aos Jesuítas do Colégio de Olinda, as terras Monjope "por amor, em graça", com (800 braças em quadra ou 1760 metros quadrados). A primeira referência documental ao nome Monjope é de 1630. Antes da invasão holandesa, essas terras de propriedade dos Padres Jesuítas seriam denominadas *Fazenda Monjope*, como consta no mapa sobre a presença dos jesuítas em Pernambuco; e eram usadas pelos Padres para criação de gado e cultivo de subsistência. Alguns documentos da Companhia de Jesus no Brasil apontam Monjope como engenho produtor de açúcar apenas a partir de 1666.

O engenho passou a pertencer, em 1785 a Manoel Cavalcanti de Albuquerque, filho de Antônio Cavalcanti de Albuquerque – assassinado a mandado de João Fernandes Vieira, e de Margarida Vasconcelos Souza. Falecido, sem sucessores, o engenho ficou para seu irmão o Capitão-mor João Cavalcanti de Albuquerque, senhor do engenho Tamataúpe/Carpina, casado com D. Maria Arcanja Carneiro da Cunha, de uma importante família de Tracunhaém. A partir de 1831, o engenho passou a pertencer a Antônia Carneiro da Cunha e a Manoel Joaquim Carneiro da Cunha. Com a morte desse último, o engenho ficou sob a administração de Antônia, que entrou em crise e foi vendido. Em 1868 o engenho passou para as mãos do Coronel Cristóvão de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, irmão do Barão de Vera Cruz, casado com Anna Maria José de Mello, filha de Sebastião Antônio de Barros Mello e de sua mulher Maria Rita de Albuquerque Mello. Em 1897 o engenho passa a pertencer a Manoel Carneiro Saint Clair Gaston, filho de Maria Amália Cavalcanti de Albuquerque, sobrinha de Antônia Cavalcanti Carneiro da Cunha.

Ressaltamos, ainda, a formação de uma Sociedade Brasileira contra a escravidão criada por José do Patrocínio. Essa sociedade tinha também a participação de mulheres, como Maria Amélia de Queiroz que criou a Sociedade Abolicionista. A escravidão era preocupação para os senhores de engenho, pois com a ascensão da economia cafeeira, como poderiam manter os gastos se o açúcar não estava dando mais lucros? A escravidão ia roubar o capital e a força de trabalho deles.

__Julgo a escravidão uma coisa nefanda.

[...]

__Nefanda mais necessária, tu o sabes.[...] Os negros são nossos pés ,
nossas mãos.

[...]

__Não sabemos obrigar a trabalhar e não temos dinheiro para pagar
seu trabalho. Estamos perdidos, minha Antônia.

(FERREIRA, 2003,p.128)

Num procedimento de idas e vindas no tempo, Luzilá revela ao leitor mais cenas que dão um novo sentido à obra.

Outro texto se constrói sobre a história. Esse trecho reelabora a rotina dos escravo, sendo apontado pelo feitor como preguiçoso.

11

E com a revolução industrial surgem alguns problemas, na opinião dos conservadores, como Joaquim Manoel:

__E Auguste Comte. Ele está criando a sociologia, a ciência das sociedades. A revolução industrial está colocando problemas que não existiam. Hoje já não há rei e povo. A sociedade é formada por conservadores, liberais, socialistas. E o povo começa a existir de verdade, como força atuante. [...]

__O povo. Que vem a ser isso? Eu te cito Joseph de Maistre: “Quando se diz que o homem nasceu para a liberdade, diz-se uma frase sem sentido. De todos os monarcas, o mais despótico, o mais intolerável, o mais duro, é o monarca povo.” [...] Todos esses liberais são burgueses. Querem dar continuidade á obra dos filósofos. Para eles, o governo é sempre tirano, seja monarquista ou popular. E a propriedade para eles é um roubo, como dizia Rousseau.

__Mas a quem roubamos, quando administramos nossos engenhos? perguntou Manoel Joaquim, Pois a propriedade não existiu sempre, desde Caim e Abel?

__Caim e Abel viviam dos produtos de suas mãos. Vocês, o que sabem fazer com suas mãos?

(FERREIRA, 2003, p.137)

Luzilá, por meio das referências históricas, através da intertextualidade, atualiza o leitor em relação não só ao cotidiano de Antônia, mas em relação ao seu cotidiano também. O jogo ficcional permite ao leitor que ele entre na discussão e possa atualizar, a partir das referências históricas, seu horizonte de expectativas.

Considerações Finais

Por meio do retrato de Antônia Carneiro da Cunha foi possível ressemanitizar a história dessas referidas personagens históricas e fictícias e de uma época (século XIX), na província de Pernambuco. A relação entre literatura e história é ancorada pela metaficção historiográfica que ultrapassa a autorreflexão e situa o discurso em um

sentido mais amplo, uma vez que é fundamentalmente irônica e crítica em relação ao passado e presente.

12

O texto literário nos oportuniza refletir uma multiplicidade de leituras feitas pelo escritor e também suas vivências e experiências pessoais. Esse conjunto favorece não só os escritores que têm a possibilidade de recriar e reler obras que contribuem para a formação de seus textos, como também os leitores que têm a oportunidade de revisitar textos configurados numa nova roupagem.

Ao longo desta análise, objetivamos destacar os rastros da história constituintes de possíveis verdades que não podem deixar de existir em qualquer discurso, seja histórico ou ficcional. A pretensão de narradora em suas obras é, pelo olhar do presente, buscar as outras versões da história que deixaram de ser ditas.

Referências

COSTA LIMA, Luiz. **A aguarrás do tempo**: estudos sobre a narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. **No tempo frágil das horas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção: tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed.1991.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. Constança M. Cesar. Campinas: Papyrus, 1994, p. 15

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. *In*: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 7, 1994.

_____. **Meta-história**: a imaginação histórica no século XIX. Trad. José Lourênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992, p. 20-31